



QUEM MANDOU MATAR MARIELEZ?

MEMÓRIA VERDADE JUSTIÇA REPARAÇÃO 60 ANOS DO GOLPE DE 1964

Seminário e Curso de Formação "60 anos do Golpe de 64"
abordou anos de chumbo *Págs. 12 a 15*



Governo federal avança na reforma administrativa *Págs. 4 e 5*

III Congresso Mundial debateu ataques neoliberais à Educação Pública *Págs. 9 a 11*

No mês de novembro, o ANDES-SN seguiu em luta. Foi um período marcado por diversas reuniões de Grupos de Trabalho e muitas atividades de formação e acúmulo político em espaços não deliberativos de nosso Sindicato Nacional. A amplitude e a diversidade da base social do ANDES-SN se refletiram em debates sobre assuntos de aposentadoria, história e memória docente, formação sindical, internacionalismo e intenso ativismo antirracista.

O mês começou com a III Jornada para Assuntos de Aposentadoria, a qual reuniu professoras e professores de nossa base e outro(a)s trabalhadore(a)s dos serviços públicos para discutirem sobre os limites dos fundos de pensão e todos os ataques contra a Previdência Social e o direito a uma aposentadoria integral, paritária e segura. O evento demonstrou a importância de ampla unidade para reverter os ataques realizados no último período, além de ter fortalecido nossa Campanha Nacional “Funpresp: Garantia de Incertezas”.

O tema da unidade da classe trabalhadora reapareceu durante o III Congresso Mundial Contra o Neoliberalismo na Educação, realizado entre 11 e 17 de

novembro no Rio de Janeiro (RJ). O evento reuniu educadoras e educadores e estudantes de todo o continente americano e de outras partes do mundo para trocarem experiências, compartilharem análises e formularem políticas e planos comuns de ação para enfrentar os ataques do capital à educação. O III Congresso Mundial mostrou que compartilhamos um mesmo cenário desolador, criado pela agenda de precarização e privatização do capital. Ao mesmo tempo, compartilhamos horizontes e anseios comuns, os quais demonstram que é necessário um salto no processo de organização internacional de movimentos e entidades que lutam por uma educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada.

Ao final do mês, entre os dias 21 e 23 de novembro, aconteceu o Seminário Nacional e o Curso Nacional de Formação Sindical “60 anos do Golpe de 1964 - Memória, Verdade, Justiça e Reparação”. O evento reuniu docentes de todo o país e serviu para destacar os resquícios da ditadura empresarial-militar na nossa sociedade e o impacto nas lutas do presente. A atividade foi importante por socializar valiosas

experiências de lutas por história e memória, que se efetivam por meio de desomenagens a apoiadores da ditadura. Durante o evento também foi discutida a responsabilidade empresarial no golpe de 1964 e foi problematizado o processo de repressão contra populações negras, periféricas, indígenas, quilombolas e LGBTI+.

A importância de atividades e materiais destacando o protagonismo de lutadoras e lutadores negros contra a ditadura empresarial-militar é parte do conjunto de esforços do ANDES-SN na luta antirracista, os quais se expressam em nossa crescente atuação nas celebrações e lutas ligadas ao 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, e o dia 22 de Novembro, que, desde 2018, é Dia de Luta contra o Racismo nas Universidades, Institutos Federais e Cefets. Neste ano, estas datas de luta contra o racismo no Brasil se somaram ao conjunto de atividades que vêm ocorrendo em todo o país divulgando a campanha “Sou Docente Antirracista”. Diversas seções sindicais vêm reproduzindo ou criando materiais e organizando atividades e debates em universidades, institutos federais e Cefets.

Seguimos em luta!

SEM ANISTIA

PARA GOLPISTA!

EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // Site: www.andes.org.br // E-mail: imprensa@andes.org.br

Diretor Responsável: Fernando Lacerda Júnior

Editor-Chefe: Luciano Beregeno MTb 07.334/MG

Edição e Revisão: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Jornalistas: Bruna Yunes DrT 9045/DF, Renata Maffezoli, Luciano Beregeno

Diagramação, revisão e arte final: Silas William Vieira // Fotos: Eline Luz/ANDES-SN

ANDES-SN lança campanha “Lutar não é crime”

Em defesa do direito de greve e contra a criminalização das lutas da categoria docente, o ANDES-SN lançou a campanha “Lutar não é crime”. A ação foi deliberada durante o 67º Conad, realizado em julho deste ano em Belo Horizonte (BH).

Conforme Raquel Dias, 1ª vice-presidenta do ANDES-SN, a campanha responde a uma necessidade real de enfrentamento dos processos de criminalização, assédio e perseguições às seções sindicais, dirigentes sindicais e docentes, especialmente em decorrência de movimentos grevistas, como também processos de perseguição no âmbito das instituições, por meio de processos administrativos indevidos, ou por parte da extrema direita, na esteira da ideologia do chamado “Escola sem Partido”. “Tudo isso acontece num contexto de disputa político-ideológica, com as ideias da extrema direita no nosso país. Realizar a campanha no interior das Universidades, dos Institutos e dos Cefets é fundamental para garantir o direito de organização e a liberdade de lutar, premissas de uma sociedade democrática”, explicou.

Segundo a diretora do Sindicato Nacional, a campanha começa a ganhar corpo com a distribuição de materiais durante os eventos organizados pelo ANDES-SN, como III Congresso Mundial

Contra o Neoliberalismo na Educação, aproveitando para dar caráter internacional à denúncia contra a criminalização das lutas no Brasil, e no Seminário e Curso Nacional de Formação Sindical “60 anos do golpe de 64”, buscando estabelecer relação entre a luta contra a repressão na ditadura e a defesa da liberdade de lutar numa sociedade sob a ordem democrática. “Até o 43º Congresso do ANDES-SN, quando a campanha será lançada oficialmente, materiais serão distribuídos e discussões serão feitas nas bases das ações sindicais, como a que ocorreu no dia 26 de novembro, na seção sindical da Universidade Estadual de Roraima”, contou Raquel.

Ataque nas federais

Embora o direito à greve seja garantido no artigo 9º da Constituição Federal, governos e reitorias estão realizando diversos ataques para criminalizar movimentos, perseguir docentes e dirigentes sindicais. Um dos exemplos é a ação inédita e abusiva da reitoria da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), que está cobrando a Associação de Docentes da Ufes (Adufes Seção Sindical do ANDES-SN) por supostos “prejuízos” causados à instituição, durante a greve da Educação Federal. A reitoria emitiu à Adufes SSind. dois boletos bancários que somam mais de R\$ 228 mil.

Criminalização das lutas nas Universidades Estaduais

No primeiro semestre de 2024, docentes em diversas universidades sofreram processos de criminalização. Foi o caso dos professores e professoras da Universidade Estadual do Piauí, que iniciaram o ano em greve e tiveram seu ponto cortado por dois meses pelo governo Rafael Fonteles (PT).

Já na Universidade Estadual do Ceará (Uece), da Universidade Regional do Cariri (Urca) e da Universidade Vale do Acaraú (UVA), outras formas de violência institucional e criminalização se deram. Antes mesmo das greves serem iniciadas, o governo Elmano de Freitas (PT) entrou com pedido de suspensão na Justiça, estabelecendo cobrança de multas às seções sindicais e processou dirigentes sindicais. Além disso, pediu a ilegalidade da greve da UVA.

Perseguição a docentes

Os professores Rodrigo Castelo e Wagner Miquéias enfrentam perseguição política na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Uma denúncia foi aberta no Comitê de Ética, criminalizando suas atuações enquanto militantes do Comando Local de Greve.

Na Universidade Federal Fluminense (UFF), a docente Gelta Terezinha Ramos Xavier também enfrenta uma sindicância devido a sua atuação durante a greve docente na instituição.

“A campanha se reveste de fundamental importância para denunciar essas situações de criminalização, mas também para fortalecer as lutas e dar um caráter coletivo e solidário às ações realizadas pelo ANDES-SN e suas seções sindicais”, explicou Raquel Dias.



**LUTAR NÃO É
CRIME!**

**PELO DIREITO DE GREVE
CONTRA A CRIMINALIZAÇÃO DAS LUTAS**

Comissão Nacional de Enfrentamento à Criminalização e Perseguição Política a Docente

Em 2018, o ANDES-SN criou a Comissão Nacional de Enfrentamento à Criminalização e Perseguição Política a Docente. A instância é responsável por fazer levantamento, acompanhamento e denúncia dos casos de assassinatos, perseguições, investigações, judicializações e criminalizações de caráter político promovidos pelos aparelhos repressivos do Estado ou por grupos reacionários.

Docentes que sejam alvo de perseguições podem acionar suas seções sindicais ou buscar contato direto com a Comissão Nacional através do e-mail secretaria@andes.org.br, incluindo no assunto “Contato Comissão Nacional de Enfrentamento à Criminalização e Perseguição Política a Docente”.

Governo federal **avança na reforma administrativa** através de atos normativos

Enquanto a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 32/2020) está parada na Câmara de Deputados, o governo federal, através do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), avança na implementação de atos normativos, como portarias e instruções, que retomam ataques contidos na reforma administrativa de Paulo Guedes. Em 2023, o governo publicou, entre outras medidas, a Instrução Normativa (IN) nº 24/2023 e, neste ano, a Portaria nº 5127/2024.

Além disso, representantes do governo Lula vêm divulgando na imprensa a intenção do Executivo Federal de realizar uma ampla reforma administrativa, com a construção de uma nova legislação para substituir o Decreto-Lei nº 200/1967, que dispõe sobre a organização da administração federal. De acordo com a Agência Brasil, o MGI e a

Advocacia Geral da União (AGU) criaram uma comissão para elaborar a revisão da legislação. O grupo teria até abril de 2025 para apresentar uma proposta.

De acordo com Mario Mariano, diretor do ANDES-SN e da coordenação do Setor das Instituições Federais de Ensino (Ifes), a entidade tem avaliado que o compromisso do governo com a agenda do capital passa exatamente pela continuidade dos ataques ao serviço público, às servidoras e aos servidores. “Os principais ministros de Lula como Fernando Haddad, Simone Tebet e a ministra Esther Dweck têm tido uma fala constante sobre a necessidade de modernizar o Estado, que nada mais é que uma forma de reforçar a linha defendida pelos grandes empresários e pela grande mídia no Brasil. Por trás do palavreado tecnicista e gerencialista, que no caso do governo Lula vem sempre

com algum verniz social, está a ideia de que o servidor é um privilegiado e que o serviço público é ineficiente comparado a iniciativa privada”, afirma Mariano, que é 1º vice-presidente da Regional Leste do Sindicato Nacional.

Uma das medidas com mais impacto até o momento para o funcionalismo federal foi instituída pela portaria nº 5127/2024, que estabelece diretrizes para a reestruturação das carreiras de servidores federais, na elaboração de propostas de criação, racionalização e reestruturação de planos, carreiras e cargos, bem como ampliação do quantitativo de cargos efetivos. As entidades representativas de servidores e servidoras federais apontam que não houve diálogo com as categorias. A portaria amplia as etapas da carreira, rebaixando o salário inicial de futuros servidores; altera as progressões,

Se é **ruim** para o
Serviço Público,
É PÉSSIMO
para a **população brasileira**

ANDES-SN **CONTRA** A REFORMA ADMINISTRATIVA

que não serão apenas por tempo de serviço, mas combinadas com avaliação de desempenho, possivelmente a partir de critérios produtivistas. Há, ainda, a possibilidade de extinção de carreiras, cujas vagas não seriam mais preenchidas por concurso público, e sim por empresas terceirizadas.

“A portaria 5.127, por exemplo, tem como centralidade a necessidade de consolidar a ideia de avaliação de desempenho do servidor, que passa a percepção equivocada de que o servidor não é avaliado. O que se quer é introduzir, na avaliação do serviço público, a métrica individualista e de culpabilização típica do mercado, de modo a atender o horizonte de facilitar a demissão no serviço público, pelo gosto do governo e chefia comissionada de plantão. Nenhuma relação com maior participação social sobre os resultados do serviço público, por exemplo”, ressalta o diretor do ANDES-SN.

Outra mudança veio pela Instrução Normativa (IN) nº 24/2023, a qual criou o Programa de Gestão e Desempenho (PGD) para servidores em regime de teletrabalho, presencial ou híbrido. A IN 24/2023 permite a gestores alterar o regime de trabalho de servidores e servidoras, adotar critérios de metas em vez de jornada de trabalho, sem necessidade de consentimento das trabalhadoras e dos trabalhadores. A medida possibilita a imposição de jornadas mais extensas, sem compensação ou remuneração de horas extras. Quem for obrigado a adotar o teletrabalho será responsável pelos custos de equipamentos, internet e a infraestrutura necessária, bem como a garantia de condições ergonômicas. Isso pode levar, por exemplo, a um quadro de doenças ocupacionais, sem que os órgãos públicos sejam culpabilizados.

Há ainda o ataque contido no edital do Concurso Nacional Unificado (CNU), realizado neste ano, e já com previsão de nova edição para 2025. O certame unificado para diversos cargos de várias áreas do serviço público prevê cadastro de reserva de aprovados para assumirem vagas temporárias. Essas trabalhadoras e esses trabalhadores não integrarão a carreira e não terão estabilidade.

Segundo Mario Mariano, um elemento central dessas propostas de reforma administrativa é atacar a estabilidade do servidor. O docente aponta que a população reconhece que as servidoras e os servidores não estão

submetidos a mesma instabilidade da iniciativa privada e, por isso, fazem seu trabalho focando nos direitos sociais, como, por exemplo, na educação pública. “Para a lógica do capital isso é perigoso. Foram servidores estáveis, por exemplo, que descobriram ilegalidades no governo de Jair Bolsonaro e, respaldados pela sua estabilidade, não tiveram receio de enfrentar ameaças e garantiram o direito do povo. São os servidores das universidades, institutos federais e Cefets, em conjunto com os estudantes, que têm barrado o avanço de medidas privatizantes com muita luta e com as greves. Se estas reformas avançarem, teremos servidores e servidoras com menos direitos e menos protegidos, cenário ideal para as terceirizações e precarização dos serviços para quem está na ponta que é a classe trabalhadora”, alerta.

Melhorar x reformar

O 1º vice-presidente da Regional Leste do ANDES-SN reconhece que é necessária uma melhoria nas condições de trabalho do funcionalismo federal. Em contraponto às medidas apresentadas pelo governo federal de uma reforma administrativa que favorece a lógica do capital em detrimento dos direitos sociais, Mariano afirma que para garantir maior eficiência dos serviços prestados à população é fundamental ampliar o número de servidores e servidoras. “Temos uma agenda de direitos que necessitam de mais servidores e não menos. Um exemplo tem sido o combate ao racismo, a defesa dos direitos da população LGBTI+, os direitos das mulheres, a concretização da agenda dos povos originários, as políticas sociais de saúde e educação de toda a classe trabalhadora”, afirma.

O docente acrescenta que as perdas salariais, acumuladas ao longo dos últimos anos, têm impacto diretamente na vida e trabalho do servidor e da servidora. “Temos visto crescer o endividamento e o adoecimento desses trabalhadores. No governo passado, fomos chamados de parasitas e, mesmo diante dos ataques, estivemos na linha de frente para salvar vidas no contexto da pandemia da Covid-19”, recorda.

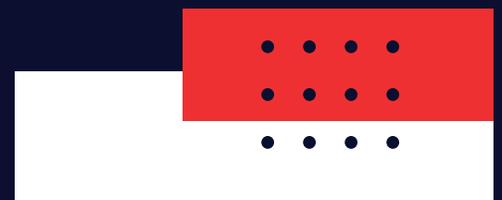
O coordenador do Setor das Ifes do ANDES-SN reforça ainda que a sobrecarga de trabalho gerada pela falta de pessoal adoce servidoras e servidores

e também prejudica o atendimento à população. Ele lembra que em muitas instituições de ensino federais, por exemplo, há falta de docentes e técnicos, e que a greve da educação federal, realizada este ano, apontou a necessidade de carreiras estejam pautadas pela ampla qualidade de atendimento às demandas da maioria da população e não à lógica do mercado.

“Penso que o avanço das cotas no serviço público será fundamental para ampliar direitos de toda a classe trabalhadora. Faltam iniciativas dos governos para garantir que as servidoras e servidores tenham direito à formação durante seu percurso profissional. Muitos servidores não conseguem fazer mestrado e doutorado devido a obstáculos de portarias e normas, que vão na contramão da garantia concreta da qualidade do serviço público. Revogar tais medidas é fundamental. Por fim, não posso deixar de citar que a falta de garantia da plena liberdade de organização sindical e os inúmeros casos de perseguição aos lutadores e às lutadoras criam um clima antidemocrático nas instituições públicas, que só favorece a lógica privatistas e os interesses da direita e do capital”, conclui.

Barrar as reformas

Enquanto o governo federal sinaliza que reformas administrativas são prioridade, a categoria docente já está se preparando para enfrentar essa conjuntura desfavorável. “Já pautamos isso [uma campanha contra a reforma Administrativa] no âmbito do Fonasefe e estamos avançando também internamente no nosso sindicato. O tema foi tratado na reunião do GTPFS, realizada em Porto Alegre, no dia 20 de novembro. A experiência nos mostrou que a unidade das entidades do serviço público foi fundamental para barrar o andamento da PEC 32. Nesse sentido, estamos apostando em dar continuidade a essa agenda, enraizando ainda mais esse debate na nossa categoria e revigorando nossa articulação com as demais entidades do serviço público”, acrescentou Mariano.



III Jornada para Assuntos de Aposentadoria aponta necessidade de intensificar luta contra fundos de pensão

Mais de 200 servidoras e servidores aposentados e da ativa participaram da III Jornada para Assuntos de Aposentadoria do ANDES-SN, realizada entre os dias 7 e 8 de novembro, em Brasília (DF). No primeiro dia, o evento ocorreu na sede do Sindicato Nacional. Já no segundo dia, as atividades foram no auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília.

Na abertura, Lucia Lopes, integrante do GTSSA e encarregada de Assuntos de Aposentadoria do ANDES-SN, saudou as e os presentes, especialmente as servidoras e os servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que compareceram em peso à Jornada após uma greve de 114 dias.

A diretora ressaltou que, em um contexto de políticas de austeridade, a Jornada demonstra a resistência contra as contrarreformas da Previdência, que têm prejudicado aposentadas, aposentados, ativas e ativos. Lopes destacou a importância de defender a integralidade, a paridade e o fim das contribuições previdenciárias para aposentadas, aposentados e pensionistas, além de reivindicar

melhores condições de vida e segurança para quem contribuiu a vida inteira.

“O momento da aposentadoria deveria ser um momento de grande felicidade e de alegria pela proteção que a aposentadoria deveria transmitir para cada um e cada uma. Infelizmente, neste momento da nossa história, quando se aproxima o momento da aposentadoria a ansiedade e as tensões chegam juntos. Nós temos hoje cerca de 1,2 milhão de servidores públicos federais [entre ativos e aposentados], 11% deles estão em abono permanência. Não é simplesmente pelo desejo de continuar trabalhando em condições adversas, mas sim pela insegurança do que vai significar as perdas diante da aposentadoria devido aos ataques postos”, contou.

Ataques à aposentadoria

O primeiro debate teve como tema “Os servidores públicos e a corrosão do direito à aposentadoria: o fim da integralidade, da paridade e a cobrança de contribuição previdenciária aos aposentados e pensionistas”. A atividade contou com a presença das deputadas federais Erika Kokay (PT/

DF) e Luciene Cavalcante (Psol/SP), do deputado distrital Fábio Felix (Psol/DF) e, remotamente, da deputada federal Sâmia Bomfim (Psol/SP).

Em suas falas, as e os expositores destacaram que, desde a Constituição Federal de 1988, nenhum direito social das trabalhadoras e dos trabalhadores sofreu mais ataques do que a Previdência Social, submetida a sucessivas contrarreformas. O e as parlamentares expressaram preocupação com a continuidade de políticas de austeridade, como o arcabouço fiscal, e defenderam um esforço conjunto entre sindicatos e representantes no Congresso Nacional para barrar as mudanças prejudiciais ao serviço público.

Estiveram presentes ainda representantes de várias entidades, como Fonasefe, Fonacate, Fasubra, Fenajufe, Sinasefe, Sindifisco, Fenasps e de centrais sindicais, que destacaram a aposentadoria como uma grande conquista, relembrou a perda de direitos como a integralidade e paridade, e defenderam um serviço público de qualidade para a população.

Entre as ameaças mencionadas estão a



Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66 e a flexibilização do Regime Jurídico Único pelo Supremo Tribunal Federal (STF), medidas vistas como ataques aos direitos trabalhistas e previdenciários que favorecem o rentismo e desfavorecem a classe trabalhadora. A política de ajuste fiscal também foi apontada como uma estratégia para retirar recursos da Seguridade Social, gerando preocupação com o crescente número de servidoras e servidores que, devido à degradação de seus direitos, não se aposentam. O debate foi transmitido ao vivo e pode ser assistido pelo Youtube.

No período da tarde, foi realizada uma panfletagem na Rodoviária de Brasília, onde os e as participantes da Jornada dialogaram como a população sobre importância da luta em defesa da Previdência. Em seguida, as servidoras e os servidores fizeram um ato público em frente ao Museu Nacional, na Esplanada dos Ministérios, onde exibiram bandeiras, faixas e cartazes em defesa do direito à aposentadoria.

Os limites a aposentadorias e pensões

No dia 8, as e os participantes se reuniram na UnB para os debates “Os limites de acesso das(os) servidoras(es) públicas(os) à aposentadoria e pensões” e “O engodo dos fundos de pensões, com ênfase no Funpresp”.

A mesa da manhã contou com a participação do advogado Leandro Madureira, da Assessoria Jurídica Nacional (AJN) do Sindicato Nacional, e foi coordenada por Michele Schultz e Josevaldo Cunha, ambos da coordenação do Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSSA) do ANDES-SN.

Durante sua palestra, Madureira explicou os três principais regimes previdenciários brasileiros: o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), voltado às trabalhadoras e trabalhadores do setor privado e gerido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que oferece aposentadorias variando de um salário mínimo até o teto máximo de R\$ 7.786,02 (valor de 2024); os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), obrigatórios para servidoras e servidores públicos; e



o Regime de Previdência Complementar (RPC), fundos de pensão administrados por entidades privadas. No caso de servidores federais, o fundo de pensão é patrocinado pela União por meio da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público da União (Funpresp), criado em 2012, e com adesão automática a partir de novembro de 2015.

O advogado abordou o impacto das contrarreformas previdenciárias implementadas desde 1988 na aposentadoria das servidoras e dos servidores públicos federais. A Emenda Constitucional (EC) 20/1998, por exemplo, introduziu a exigência de idade mínima para aposentadoria (55 anos para mulheres e 60 para homens), 10 anos de serviço público e 5 anos no mesmo cargo.

Já as contrarreformas seguintes, de 2003 e 2019, trouxeram mudanças profundas nas aposentadorias, alterando significativamente os direitos de quem já estava aposentado e daqueles que ainda vão se aposentar. A EC 41/2003 determinou que aposentadas e aposentados do serviço público também deveriam contribuir para o sistema de previdência. A emenda modificou ainda o valor da aposentadoria, que deixou de ser integral e passou a ser calculado com base nos 80% maiores salários. E a EC 103, aprovada em 2019, aumentou a idade mínima para 65 anos para homens e 62 anos para mulheres que queiram se aposentar, 25 anos de tempo de contribuição, 10 anos no serviço público e 5 anos no mesmo cargo, e estabeleceu regras de transição.

O engodo dos Fundos de Pensões

A parte da tarde foi dedicada ao detalhamento dos fundos de pensão, como funcionam e operam e como se baseiam numa lógica falaciosa de previdência, quando não garantem qualquer segurança e proteção às trabalhadoras e aos trabalhadores.

Lucia Lopes, 3ª vice-presidenta do ANDES-SN, e Michele Schultz, 1ª vice-presidenta da Regional São Paulo do Sindicato Nacional, compuseram a mesa da tarde, que foi coordenada por Gilberto Calil, 1º vice-presidente da Regional Sul da entidade, todos integrantes da coordenação do GTSSA.

Lucia destacou que é necessário compreender a concepção de Previdência para desmistificar a ideia de que fundos de pensão privados constituem uma possibilidade de previdência. “Em primeiro lugar, é preciso dizer que a Previdência faz parte de uma política social e que, junto com a Assistência e a Saúde, compõe o tripé da Seguridade Social”, ressaltou.

A 3ª vice-presidenta do ANDES-SN pontuou que todas as contrarreformas da Previdência, detalhadas por Madureira, se deram em momentos de crise do capital e de uma disputa acirrada pelo Fundo Público. Ela apresentou dados dos regimes gerais e próprios de previdência e dos fundos de pensão.

De acordo com a diretora do ANDES-SN, nos últimos anos, um dos planos que mais se expandiu, graças a práticas coercitivas pelo governo, foi o Funpresp, contando atualmente com 113 mil participantes, sendo 44.124 docentes. Conforme Lucia, grande parte do crescimento do fundo pode ser creditada ao aprofundamento do desmonte generalizado da Previdência pública na última década e à imposição da adesão compulsória ao plano. Segundo ela, os recursos dos servidores e das servidoras, que integram o Funpresp, ajudam a sustentar a dívida pública.

“A alternativa [ao Funpresp] é a defesa da revogação das contrarreformas da Previdência, a luta por uma aposentadoria justa, a não subordinação ao capital, a luta pelo fim da contribuição de aposentados e pensionistas. Essa é a nossa luta e não dá para recuar dela”, conclamou. A diretora finalizou com um chamado a

Assista ao debate:





todas as seções sindicais do ANDES-SN para aderirem à campanha "Funpresp: Garantia de Incertezas" e fortalecer a luta pela revogação das contrarreformas.

Michele Schultz acrescentou ao debate o relatório gerencial de Previdência Complementar, levantamento feito pelo governo federal. Segundo os dados, entre junho de 2023 e junho de 2024, houve um aumento de 109 patrocinadores de fundos, entre estados e municípios. De acordo com o relatório, em junho deste ano, o ativo de investimentos da previdência complementar fechada atingiu R\$ 2,75 trilhões.

A 1ª vice-presidenta da Regional São Paulo ressaltou que, quanto maior o número de aposentados e pensionistas beneficiários de um fundo, maior o percentual comprometido para pagamento de aposentadorias e pensões, logo, menor o recurso disponível para aplicar no mercado e menos lucro. Essa é a lógica usada para determinar, por exemplo,

se um fundo é deficitário ou lucrativo.

Michele resgatou a publicação que o ANDES-SN divulgou em 2020, um levantamento sobre previdência complementar nos estados e municípios onde havia base do ANDES-SN, estudo coordenado pela professora Sara Granemann. Um dos exemplos apontados, da expansão da previdência complementar nos estados, foi a PreviCom, que começou no estado de São Paulo e hoje atua gerenciando fundos de previdência complementar de outros quatro estados e 24 municípios.

“Como chegar até os colegas que entraram mais recentemente na previdência social? Esse é um grande desafio”, afirmou Michele. Ela apontou que é importante criar diferentes estratégias, campanhas e possibilidades de pautar o debate em vários locais, nas seções sindicais.

Para a docente, é importante romper a lógica produtivista e individualista e fortale-

cer a luta. “Atacar as aposentadorias é atacar a sociedade como um todo”, disse Michele, lembrando que muitos aposentados e aposentadas são “arrimo de família”.

A III Jornada para Assuntos de Aposentadoria foi encerrada com as apresentações musicais do grupo Batalha da Escada, projeto de extensão de hip-hop da UnB. Os MCs Fernandes, Vírgulas e Brandão fizeram uma batalha de rimas com temáticas da Jornada e palavras sugeridas por participantes. Na sequência, apresentou-se o Coral de Docentes da Associação de Docentes da UnB (Adunb Seção Sindical do ANDES-SN).

Ao avaliar o evento, Lucia destacou que é necessário lutar pela volta da aposentadoria integral, com paridade, e pelo fim da contribuição de aposentados e pensionistas. Segundo ela, realizar a Jornada nessa conjuntura de avanço da privatização, das diversas contrarreformas que se implementam no nosso cotidiano, foi extremamente importante para ampliar o diálogo e acúmulo da categoria sobre esses temas.

“Nós, que estamos como professores da ativa e como aposentadas e aposentados, precisamos estar numa unidade. É preciso fortalecer os nossos grupos de trabalho de seguridade social e de assuntos de aposentadoria nas nossas seções sindicais, trazer todas, todos e todes para esse debate e seguir construindo de uma forma unificada as frentes de enfrentamento a todas essas formas de destruição das nossas vidas. A gente tem que dizer não ao confisco e a taxação dos aposentados e das aposentadas e dizer sim ao direito à aposentadoria pública”, concluiu.

Durante a jornada

Durante a manhã do dia 7, uma comissão formada por servidoras e servidores públicos se reuniu com Paulo Roberto dos Santos, secretário do Regime Próprio e Complementar da Previdência Social do Ministério da Previdência. Na ocasião, foi entregue uma carta destinada ao ministro da pasta, Carlos Roberto Lupi, assinada pelo ANDES-SN, destacando a importância da aposentadoria como um direito essencial da classe trabalhadora, que tem sido gradativamente atacada por contrarreformas desde a década de 1990.

A carta critica medidas como o fim da integralidade e da paridade salarial para servidoras e servidores aposentados, a cobrança de contribuição previdenciária para aposentadas, aposentados e pensionistas, e a progressiva precarização das condições de vida dos servidores públicos. O ANDES-SN reivindica ainda a revogação de contrarreformas da Previdência, especialmente as Emendas Constitucionais 20/1998, 41/2003 e 103/2019, e pede o apoio do ministro na defesa de uma Previdência pública universal, sem contribuições adicionais e protegida de futuras reformas restritivas, em decorrência da política de austeridade representada pelo chamado Novo Arcabouço Fiscal.

Representantes do ANDES-SN também estiveram em uma reunião no Ministério da Educação (MEC), com o Coordenador-Geral de Articulação Institucional da Secretaria de Ensino Superior (Sesu), Fernando Antonio dos Santos Matos, para entregar o mesmo documento e, ainda, cobrar informações sobre o reenquadramento de docentes aposentadas e aposentados. Os dados sobre a parcela aposentada da categoria foram solicitados pelo ANDES-SN, mas até o momento não foram disponibilizados pelo MEC.

Acesse aqui a carta:



III Congresso Mundial contra o Neoliberalismo na Educação reafirma protagonismo do ANDES-SN na resistência global pela Educação Pública



O Rio de Janeiro foi o centro da resistência contra o avanço do neoliberalismo sobre a educação durante o III Congresso Mundial contra o Neoliberalismo na Educação, realizado de 11 a 17 de novembro. O evento abordou as ameaças às políticas educacionais públicas, a precarização docente e os desafios trazidos por governos alinhados ao mercado.

Organizado pelo ANDES-SN, em parceria com outras entidades de educação pública, movimentos estudantis e sociais, o Congresso reuniu mais de 900 trabalhadores e trabalhadoras da educação, estudantes e lideranças de dezenas de países, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

A cerimônia de abertura, realizada no Teatro Odylo Costa Filho, deu o tom para os debates. Raquel Dias, 1ª vice-presidenta do ANDES-SN, e Luz Palomino, do coletivo *Otras Voces en Educación*, traçaram a trajetória do Congresso, que nasceu em 2020 como resposta global à mercantilização da educação e a precarização das condições de trabalho, ampliadas durante a pandemia de Covid-19. Palomino destacou que a realização

do III Congresso no Brasil representa uma reafirmação do papel da América Latina como território de resistência e luta social.

Brasil na linha de frente contra o neoliberalismo

O Brasil teve papel central nas discussões. Gustavo Seferian, presidente do ANDES-SN, destacou o impacto das políticas neoliberais, iniciadas após 2016, quando se intensificaram os ataques às universidades públicas. O governo Bolsonaro agravou esse cenário, com cortes orçamentários, perseguições ideológicas e a implementação do Novo Ensino Médio, alinhado aos interesses do mercado.

Apesar de o governo Lula-Alckmin representar – em alguma proporção – uma ruptura com a extrema direita, lideranças educacionais alertaram para os desafios que ainda persistem, como a precarização que atinge estudantes e docentes. As greves recentes nas universidades estaduais simbolizam a resistência à lógica neoliberal. Na avaliação da secretária-geral do ANDES-SN, Francieli Rebelatto, as políticas neoliberais não têm partido,

sendo impostas tanto por governos de direita quanto por setores progressistas alinhados ao mercado.

Larissa Braga, do Sinasefe, chamou atenção para a exclusão de milhões de jovens do sistema educacional e para a insuficiência de recursos destinados à expansão da rede federal. Já Felipe Duque e Florinda Moreira, do Sindicato dos Profissionais da Educação do Estado do Rio de Janeiro (Sepe/RJ), detalharam o impacto das greves de 2016 e 2023, quando a categoria enfrentou judicializações e pressão governamental. Florinda destacou a urgência de romper com o sistema capitalista para preservar a vida e a educação.

Ataque neoliberal na América Latina e no mundo

Delegações vindas de países do continente americano e representantes de entidades da Europa se manifestaram durante o Congresso, destacando como o neoliberalismo afeta a educação em contextos variados. Porto Rico denunciou o fechamento de 600 escolas e o aumento da idade mínima de aposentadoria para docentes. Noelanie Fuentes Cardon, da



Federação de Professores, ressaltou as mobilizações populares que têm resistido a essas políticas, mesmo sob forte repressão.

Na Colômbia, Luis Edgardo Salazar (Fecode) descreveu a chegada de Gustavo Petro ao poder como um marco de esperança, mas alertou para os desafios impostos por um Congresso Nacional dominado por forças conservadoras. Já no Panamá, José Cambra relatou como a reforma da Previdência e os cortes nos fundos sindicais desencadearam mobilizações massivas, envolvendo 250 mil pessoas.

O Chile, ainda impactado pelas reformas neoliberais impostas pela ditadura de Pinochet, enfrenta a continuidade de políticas que priorizam a lógica de mercado, mesmo em governos progressistas. Andrés Arce, do Movimento pela Unidade Docente, destacou que a educação pública segue estruturada para

servir ao capital, em detrimento de uma formação crítica e cidadã.

A crise educacional no Brasil e na América Latina

No Brasil, o Novo Ensino Médio foi amplamente criticado por priorizar competências técnicas voltadas ao mercado. Francieli Rebelatto destacou que essa abordagem reduz as possibilidades de emancipação de estudantes, aprofundando desigualdades. Na Argentina, um cenário semelhante emergiu sob o governo de Javier Milei, com cortes drásticos na educação, aumento da pobreza e perseguição a movimentos sociais. Claudia Baigorria, da Conadu-Histórica, destacou a importância da mobilização docente para enfrentar essas políticas.

O Equador e a Costa Rica relataram crises históricas, agravadas pela negligência governamental. No Equador, Edison

Cantuña descreveu o estado de emergência na educação, enquanto a Costa Rica vive sua pior crise educacional em 40 anos, segundo representantes locais.

Os participantes do III Congresso reafirmaram a necessidade de articulação internacional para enfrentar esses desafios. "A luta pela educação é também uma luta pela dignidade e pela preservação da humanidade", declarou Gustavo Seferian.

Com relatos de resistência de todo o mundo, o encontro reforçou que a mercantilização do ensino é uma ameaça global e que apenas a unidade entre movimentos sociais, sindicais e populares pode garantir um futuro diferente.

Educação e Direitos Humanos

Os debates também conectaram a luta educacional a crises humanitárias. A mesa "Palestina: Clamor pela Paz e Denúncia do Genocídio na Faixa de Gaza" trouxe informes de violência e opressão, reforçando a necessidade de solidariedade global. Além dos informes, a temática foi abordada em mesas ao longo do Congresso, o que possibilitou aos e às participantes aprofundamento nas discussões.

Denúncia vinda da Venezuela mostrou o desmonte da educação pública no país, que sofre com salários simbólicos para docentes e repressão severa a movimentos sociais, incluindo a prisão de docentes e estudantes.

Nos relatos europeus, a conjuntura espelha o debate também estabelecido pela militância latino-americana. França, Itália e Espanha enfrentam cortes orçamentários e a imposição de modelos educacionais neoliberais. Charlotte Vanbesien, da Confederação Geral do Trabalho da França, destacou que, mesmo unindo sindicatos para impedir a ascensão da extrema direita, o setor público segue sob ameaça. Na Itália, o sistema educacional está sendo reconfigurado para atender às demandas do mercado, enquanto na Espanha, políticas meritocráticas aprofundam a desigualdade.

Para Luis Eduardo Acosta, 2º vice-presidente do ANDES-SN, o congresso demonstrou a importância da solidariedade internacional na luta contra as políticas neoliberais, que refletem o imperialismo técnico-financeiro contemporâneo. Segundo ele, essa resistência precisa ser global e fundamentada em princípios como gratuidade, laicidade, feminismo, antirracismo, antipatriarcalidade e democracia. "Nosso projeto

pedagógico deve ser público e popular, enquanto combatemos formas modernas de expropriação, como a uberização", ressaltou.

Ainda na avaliação de Acosta, o III Congresso foi um espaço de solidariedade com a luta do povo da Palestina, como uma forma concreta de expressão do imperialismo e da expropriação dos territórios, e também cultural, que está sendo efetivada através da prática do genocídio por parte dos setores sionistas do Estado de Israel. Ele destacou a mesa realizada durante a instalação do evento, com a finalidade de denunciar e convocar para atos e manifestações em 29 de novembro.

"Essa mesa foi também a forma de realizar o painel sobre a Palestina deliberado no último congresso do ANDES-SN e, como não podia deixar de ser, num evento com tantas representações latino-americanas, Cuba também esteve presente através da denúncia do embargo econômico, comercial e financeiro, por parte das mesmas potências que patrocinam o genocídio na Faixa de Gaza", aponta.

Nas declarações finais foi reafirmada a urgência na construção da unidade entre os movimentos sindical, estudantil, sociais e de toda a classe trabalhadora no enfrentamento aos ataques do neoliberalismo – em suas mais diversas formas – sobre a Educação.

Chamado à luta

O III Congresso aprovou Declaração Final, a qual destaca a discussão sobre a importância das questões raciais, de gênero e de classe na construção de uma educação emancipadora, na qual os sindicatos dos trabalhadores e das trabalhadoras da educação e o movimento estudantil organizado desempenham um papel central.

O documento aponta os riscos da

digitalização acelerada dos sistemas escolares e universitários, que não é acompanhada de equidade social e de um aumento do financiamento público para a educação. A avaliação é que uma educação híbrida sem que o Estado financie a conexão à internet e forneça equipamentos adequados, para trabalhadoras e trabalhadores da educação e estudantes, constitui um novo modelo de privatização educacional.

A declaração assevera ainda que a defesa da laicidade, da liberdade de ideias, da educação sexual integral, do direito de decidir livremente sobre nossos corpos e do reconhecimento da diversidade sexual, étnica e das negritudes está seriamente ameaçada pelo neoconservadorismo educacional.

O chamado propõe a convergência de perspectivas entre sindicatos, organizações gremiais, movimentos estudantis e de juventudes, coletivos de educadores populares e pedagogias críticas, setores organizadores da educação não formal e autônoma, movimentos sociais da educação, grupos de educadores e educadoras indígenas, organizações com perspectiva de gênero e diversidades sexuais, que compreendem a importância de consensuar posições e coordenar esforços em defesa da educação pública e contra o neoliberalismo na Educação, bem como contra a ofensiva capitalista sobre os sistemas escolares e universitários.

O documento se apresenta como proposta às entidades e organizações das resistências educacionais que participaram do III Congresso Mundial contra o Neoliberalismo na Educação, assim como a todos os coletivos ao redor do mundo que lutam pelo direito à educação pública presencial. "Fazemos isso com o pedido expresso para ser avaliada a adesão à iniciativa nos próximos meses, antes da Conferência Internacional de abril de 2025, que será realizada no México,

Assista as transmissões do III Congresso Mundial contra o neoliberalismo na Educação no YouTube do ANDES-SN:



onde avançaremos na construção de um plano de ação", afirma o texto.

Avaliação

Ao fim dos trabalhos, a 1ª tesoureira do ANDES-SN, Jennifer Webb, destacou que o III Congresso Mundial reafirmou o compromisso internacionalista do ANDES-SN, essencial para combater os impactos neoliberais na educação. "O Congresso reforçou a dimensão internacionalista da nossa luta, destacando que o ANDES-SN é um sindicato que ultrapassa fronteiras para enfrentar as formas violentas de ataque do capital à educação", afirmou. A dirigente ressaltou ainda que o evento foi uma oportunidade concreta para articular a resistência global contra os ataques do capital à educação, "que a trata como mercadoria e fonte de lucro, impondo desafios que se manifestam no Brasil e no mundo", reforçou.

Outro ponto importante, segundo Webb, foi a integração entre o movimento sindical e o estudantil, fortalecida pelas caravanas organizadas pelo ANDES-SN. "Mais de 600 estudantes estiveram presentes, permitindo um diálogo direto entre movimentos que defendem uma educação pública voltada para os interesses da classe trabalhadora", afirmou. O evento possibilitou momentos de debate profundo e articulação com entidades internacionais, apontando a necessidade de continuar mobilizações conjuntas para resistir ao avanço neoliberal.

Jennifer Webb lembrou ainda os compromissos futuros do sindicato, como a organização da conferência na Cidade do México, em abril de 2025, que antecederá o IV Congresso Mundial. "Produzimos um importante documento político, a Carta do Congresso, que orienta nossa luta contínua", afirmou. Ela concluiu enfatizando a importância de ações que promovam uma educação pública, gratuita e socialmente referenciada, reafirmando o papel do ANDES-SN como promotor dessas iniciativas.

Chamado para impulsionar um processo internacional de articulação sindical e gremial dos trabalhadores e trabalhadoras da educação junto ao movimento pedagógico, das educções populares e estudantil



Llamamiento para impulsar un proceso internacional de articulación sindical y gremial de los y las trabajadoras(es) de la Educación junto al Movimiento pedagógico, de educaciones populares y estudantil

Seminário Nacional "60 anos do Golpe de 64" reuniu comunidade acadêmica para debater os anos de chumbo



Mais de 150 pessoas participaram do Seminário Nacional e Curso Nacional de Formação Sindical “60 anos do Golpe de 1964 - Memória, Verdade, Justiça e Reparação”, na Faculdade de Educação (Faced), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O evento, promovido pelos Grupos de Trabalho de História do Movimento Docente (GTHMD) e de Política de Formação Sindical (GTPFS), em parceria com a Comissão da Verdade do ANDES-SN, ocorreu entre os dias 21 e 23 de novembro, em Porto Alegre (RS).

Na mesa abertura do Seminário, Gustavo Seferian, presidente do ANDES-SN e membro da Comissão da Verdade (CV) do sindicato, destacou a luta de Marcelino Rodrigues Menezes, símbolo da Revolta da Chibata, e a resiliência da população do Rio Grande do Sul frente às recentes crises sociais e ambientais.

Roberta Baggio, da coordenação do Grupo de Trabalho pela implementação da CV na UFRGS, refletiu sobre o legado autoritário da ditadura de 1964, que continua a alimentar a extrema direita brasileira e anunciou a instalação da CV na universidade no dia 10 de dezembro.

Liliane Giordani, diretora da Faced, ressaltou a importância de espaços de diálogo, como o do seminário, e os esforços no investimento do Centro de Memória da faculdade.

Maria Ceci Misoczky, do GTHMD e integrante da CV do ANDES-SN, enfatizou o simbolismo do local do evento e de marcos históricos, como os 180 anos da traição, o massacre dos Porongos e a morte de sindicalistas técnicos da UFRGS há 30 anos

em um acidente.

Em seguida, uma oficina incentivou a troca de experiências e a criação de comissões da verdade locais, além de ações para remover homenagens a ditadores e seus apoiadores em instituições de ensino. Estratégias conjuntas entre sindicatos, universidades e movimentos sociais foram destacadas para promover a justiça de transição, incluindo memoriais e ações baseadas no relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Memória, Verdade, Justiça e Reparação

Na sequência, ocorreu a mesa “Memória, Verdade, Justiça e Reparação: ontem e hoje”. Milton Pinheiro, docente da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), analisou o legado e a impunidade da ditadura empresarial-militar brasileira, marcada por desaparecimentos, mortes e repressão. O docente destacou ainda que a Lei da Anistia igualou torturadores e vítimas, perpetuando a impunidade.

“Aqui, o assassino e o assassinado foram colocados como iguais diante da lei e isso precisa ser rediscutido”, ressaltou o docente, que alertou para o uso do artigo 142 da Constituição para justificar intervenções militares.

Suzana Keniger Lisboa, ex-integrante da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, enfrentou a repressão da ditadura empresarial-militar. Em 1972, seu companheiro, Luiz Eurico Tejera Lisboa, foi assassinado pelo regime brasileiro. Ela localizou seu corpo apenas em 1979. Suzana destacou os avanços limitados, como a Lei 9.140/95, que reconheceu as mortes pela ditadura e criou uma comissão para investigar novos casos. Esse trabalho, base para a CNV, ajudou a desmentir a narrativa oficial de que as mortes foram resultado de suicídios ou conflitos internos. Ela deixou a comissão em 2005 criticando o acesso restrito a arquivos e o descaso com a memória histórica, e questionou: “Onde estão os corpos? Quem matou?”.

Lucas Pedretti, professor da rede pública de Maricá (RJ), defendeu ampliar os debates históricos para incluir classe, raça, gênero e território. Ele mencionou as incinerações de militantes na Usina Cambahyba (RJ), prática já usada na época para sumir com os corpos de “criminosos comuns”, e ressaltou que essas táticas, normalizadas, foram apagadas da historiografia oficial. “A ditadura só foi capaz de assassinar Rubens Paiva impunemente porque, historicamente, o Estado brasileiro assassinou impunemente moradores de favelas, periferias, negros, indígenas e



trabalhadores do campo”, concluiu.

Sentido de classe do golpe de 1964 e da ditadura

Em seguida, ocorreu a conferência “O sentido de classe do golpe de 1964 e da ditadura: um debate necessário, em tempos de neofascismo”. Gilberto Calil, 1º vice-presidente da Regional Sul do ANDES-SN e da coordenação do GTHMD, classificou o período entre 1930 e 1964, como um projeto burguês nacional de democracia restrita, marcado por limitações às liberdades democráticas.

De acordo com o diretor do sindicato, o golpe de 1964 resultou de uma articulação ampla entre setores civis, militares e entidades representativas da burguesia, visando uma nova etapa do capitalismo brasileiro, com transformações profundas, e não apenas a preservação do status quo. Para Calil, o golpe foi impulsionado também pela crise do populismo e por tensões geradas por reivindicações trabalhistas, reforma agrária e mobilizações sociais que ameaçavam as classes dominantes.

Como parte da programação oficial do seminário, as e os participantes prestigiaram a apresentação musical de Nei Lisboa, uma das maiores referências da música do Rio Grande do Sul.

Reparação no Cone Sul da América Latina

No segundo dia do encontro, os debates foram retomados com o tema “A luta por memória, verdade, justiça e reparação no Cone Sul da América Latina”, que reuniu depoimentos de pessoas do Cone Sul, que foram impactadas pelos regimes ditatoriais.

Federico Tatter, da Federação de Associações de Familiares de Detidos Desaparecidos da América Latina (Fedefam) e ex-integrante da Comissão da Verdade e Justiça do Paraguai, destacou as graves violações dos direitos humanos durante a



ditadura cívico-militar paraguaia (1954-1989). O relatório da comissão revelou conexões com outras ditaduras sul-americanas e a influência dos Estados Unidos.

Filho de Jorge Federico Tatter, exilado na Argentina e desaparecido em 1976, Federico ressaltou que a repressão foi sistemática, atingindo também grupos oprimidos por raça, gênero e territórios ancestrais, como na construção da Usina Hidrelétrica Itaipu. Segundo ele, apenas 5% das 177 recomendações da Comissão de Verdade em seu país foram implementadas. “Em 35 anos de ditadura, apenas quatro pessoas foram condenadas, três policiais e um civil, todos por homicídio, não por desaparecimento forçado”, contou.

José Pedro Olivera, da Associação de Ex-Presos e Presas do Uruguai (Crysol), destacou que a ditadura no Uruguai (1973-1985) perseguiu opositoras e opositores do regime e beneficiou as elites. Apesar da resistência popular, como a greve geral e o plebiscito de 1980, que rejeitou o regime, a ditadura persistiu. No período, mais de 200 pessoas foram mortas, 25 mil presas sem julgamento, 197 seguem desaparecidas e 20 mil docentes demitidos.

Olivera apontou também a participação do Uruguai na Operação Condor, aliança repressiva das ditaduras sul-americanas apoiada pelos EUA, além de danos econômicos como a corrosão salarial e a submissão ao Fundo Monetário Internacional (FMI). “A ditadura no Uruguai foi uma luta por dinheiro e poder, como aconteceu no Brasil”, comparou. “Como sobreviventes do horror temos o compromisso moral de denunciar aqueles que cometeram estes crimes para que sejam identificados, julgados e condenados”, disse.

María Alejandra Esponda, professora da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso Argentina), abordou as consequências das ditaduras militares na Argentina, destacando o histórico entre a derrota de Juan Domingo Perón (1955) e o regime de Juan Carlos Onganía (1966). Filha de um estudante desaparecido e de uma sobrevivente de centros clandestinos de detenção no país, Esponda falou sobre “Cordobazo” (1969), revolta que uniu estudantes e classe trabalhadora contra as políticas autoritárias da época. “Foi uma grande potencialidade”, afirmou a professora.

Esponda destacou a “Carta Aberta de um Escritor à Junta Militar”, de Rodolfo





Walsh, que expôs a brutalidade da ditadura (1976-1983), incluindo a redução de salários, aumento da jornada de trabalho e a reintrodução do trabalho forçado. Ela afirmou que a cumplicidade entre o autoritarismo e a exploração capitalista precarizou a vida da maioria da população argentina.

Ao final do debate, foi exibido o documentário "Adufrgs e Andes: história de um golpe", produzido pela Seção Sindical ANDES-UFRGS, que abordou o golpe à entidade, em dezembro de 2008. Na ocasião, a seção sindical e seu patrimônio foram usurpados em uma assembleia com menos de 40 participantes e 359 procurações, resultando na criação de um sindicato municipal e no desligamento do ANDES-SN.

Responsabilidade empresarial e violência

À tarde, foi realizada a mesa "Responsabilidade empresarial com a ditadura". Alessandra Gasparotto, docente da Universidade Federal de Pelotas (Ufpel), apresentou uma pesquisa sobre o envolvimento da Josapar, uma das maiores empresas alimentícias do Brasil, em violações de direitos humanos contra camponeses no Pará.

O estudo revelou como a empresa se beneficiou do regime ditatorial, incluindo a grilagem de terras e a repressão violenta, com apoio do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) e da polícia militar, afetando

10 mil famílias. "A pesquisa mostra como a Josapar, listada pela revista Forbes como uma das maiores empresas do agronegócio brasileiro em 2022, se envolveu diretamente em violações de direitos humanos e foi beneficiada pelo regime ditatorial", disse a docente, que questionou o financiamento de grandes empresas a eventos como a tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023.

Alejandra Estevez, docente da Universidade Federal Fluminense (UFF), apresentou o caso da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), fundada durante o governo Vargas, que praticava demissões em massa para silenciar movimentos trabalhistas durante a ditadura. Nos anos 1980, as greves nas unidades da CSN enfrentaram grande repressão, resultando em assassinatos e despejos forçados. "Foram identificadas 11 condutas ilícitas e violações contra os trabalhadores relacionadas à CSN, incluindo fornecimento de informações para repressão, prisões arbitrárias, repressão a greves, torturas, demissões em massa, assassinatos, entre outros", elencou.

Estevez ressaltou a inauguração do Museu do Trabalho e dos Direitos Humanos, localizado no 1º Batalhão de Infantaria Blindada - usado para reprimir as mobilizações operárias da CSN -, como um marco no reconhecimento das vítimas da ditadura.

Gustavo Seferian, presidente do ANDES-SN e membro da Comissão da Verdade do sindicato, destacou que a CNV criada em

2012 foi um marco na luta por memória, verdade e justiça no Brasil, mas criticou a falta de um grupo de trabalho (GT) específico para investigar a repressão às trabalhadoras e aos trabalhadores do movimento sindical.

Apenas em 2013 foi criado o GT com centrais sindicais, entidades e organizações de trabalhadoras e trabalhadores ex-presos políticos. Um dos avanços desse grupo foi consolidar a compreensão de que a ditadura brasileira (1964-1985) foi não apenas militar, "ainda que as mediações da CNV tenham sido insuficientes para alcançar a natureza de classe da ditadura", disse. Para ele, compreender a ditadura sob a ótica da classe é essencial para entender as contradições e os desafios do movimento sindical e enfrentar as ofensivas do capital.

Ditadura e a repressão

Na mesa "A ditadura e a repressão contra populações trabalhadoras, negras, periféricas, indígenas, quilombolas e LGBTI+", Elaine Bispo Paixão, da Frente Estadual pelo Desencarceramento Bahia, destacou a repressão ao movimento negro, universidades, comunidades quilombolas, população LGBTI+ e indígenas durante a ditadura empresarial-militar.

Ela também apontou a continuidade das violências e os retrocessos sociais herdados do regime, como o encarceramento em massa, a violência policial, a especulação imobiliária e a devastação ambiental. "Na Bahia, temos um governo extremamente cruel que se perpetua há 18 anos, implementando a cogestão nos presídios, sem diálogo e transformando, a cada dia, a educação em um campo de negócio. Nossa polícia é a que mais mata", denunciou Paixão, que afirmou o sistema prisional na Bahia perpetua o genocídio da população negra e transforma a educação em um negócio.

Gilberto Marques, docente da Universidade Federal do Pará (Ufpa), abordou o genocídio histórico dos povos indígenas e outros grupos marginalizados durante a "integração nacional" na ditadura. Ele destacou que as estradas, como a Transamazônica, onde a principal empreiteira Paranapanema "passou com a estrada sobre territórios e cemitérios indígenas, sem remover os corpos".

O docente da Ufpa comparou o genocídio indígena à violência nas periferias e aos ataques à população palestina em Gaza, destacando a resistência indígena e a necessidade de reconhecer e combater essas injustiças históricas e atuais.

Renan Quinalha, docente da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), questionou a existência de uma

"ditadura hétero-cis-militar" e destacou as dificuldades em incluir questões de gênero, sexualidade, raça e povos indígenas nos relatórios das Comissões da Verdade de SP e da Nacional.

Quinalha lembrou que a ditadura não apenas reprimiu opositores políticos, mas também dissidências de gênero e sexualidade, institucionalizando a LGBTI+fobia com censura cultural e repressão moral. "Todo mundo sofreu com a ditadura, a seu modo, e a ditadura teve um alcance e um sentido muito maiores na subjetividade, nas nossas vidas, na nossa sociedade, do que aparentemente ela teve", afirmou o professor da Unifesp, que comparou as práticas repressivas da ditadura ao conservadorismo moral contemporâneo.

Após as mesas, o Coletivo de Professores da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre compartilhou experiências de práticas pedagógicas sobre o ensino do golpe empresarial-militar de 1964.

Homenagem e ato

O último dia do seminário foi marcado pela homenagem ao historiador, pesquisador, militante e amigo Enrique Serra Padrós, falecido em 2021, aos 61 anos, vítima de câncer. Nascido no Uruguai, Padrós dedicou sua carreira a denunciar as violações de direitos humanos, especialmente durante as ditaduras militares na América Latina.

Durante a cerimônia, foram exibidos relatos emocionantes de colegas, estudantes e familiares, além de trechos do "Seminário Nacional da Comissão da Verdade", realizado em 2015, no qual Padrós contribuiu com a caracterização do golpe como empresarial-militar. Claudia Bruno, sua viúva, lembrou a trajetória do casal, e Lilián Celiberti, que foi prisioneira política da ditadura militar em seu país e viveu, de 1974 a 1978, exilada na Itália, destacou a importância da homenagem na luta por memória e justiça.

Depois da homenagem, as e os participantes participaram do ato público "Memória,

Verdade, Justiça e Reparação" no Parque da Redenção, em Porto Alegre.

Após debates intensos e uma rica troca de experiências durante o Seminário Nacional sobre os 60 anos do Golpe de 1964, Gilberto Cali destacou a importância do evento, que proporcionou um debate fundamental "sobre memória, verdade, justiça e reparação, articulado às diversas temáticas que conectam o passado e o presente, conforme indicado na resolução aprovada no 42º Congresso do ANDES-SN", disse.

Maria Ceci Misoczky, por sua vez, ressaltou a coincidência do Seminário com a divulgação dos planos golpistas envolvendo militares e membros do governo Bolsonaro, o que conferiu ainda mais relevância ao evento. "A anistia e a impunidade trazem consequências para o que vivemos hoje, e a luta contra a anistia de torturadores e perpetradores de crimes durante a ditadura se articula com a luta contra a anistia daqueles que planejaram e atuaram de forma golpista", concluiu.



Em 2013, o ANDES-SN criou a sua Comissão da Verdade, durante o 32º Congresso do ANDES-SN. A comissão teve como tarefa investigar fatos ocorridos durante a ditadura empresarial-militar contra docentes universitários. Diversas universidades, entidades e sindicatos também criaram as suas comissões locais para indagar as atrocidades cometidas pelo regime militar. Em 2016, o Sindicato publicou o Caderno 27 - Luta por Justiça e Resgate da Memória, que é resultado dos levantamentos e eventos realizados pela Comissão.



20 e 22 de novembro são os dias da Consciência Negra e de Luta contra o Racismo nas Instituições

O Dia da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro, homenageia a resistência de figuras históricas como Zumbi e Dandara dos Palmares, representando séculos de luta contra o racismo no Brasil. Oficializada pela Lei 12.519/2011, a data simboliza a relevância da luta do povo negro no país. Durante todo o mês de novembro, manifestações e atividades reforçaram o combate às desigualdades sociais marcadas pelo racismo e o compromisso com a construção de uma sociedade justa.

Letícia Nascimento, 2ª vice-presidenta da Regional Nordeste 1 e da coordenação do Grupo de Trabalho de Políticas de Classe, Étnico-raciais, Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS) do ANDES-SN, destaca o significado do Dia da Consciência Negra. "Celebrar o 20 de novembro é reconhecer a herança e a resistência do povo negro, representada por Zumbi, Dandara e tantas personalidades que moldaram a história brasileira. É defender a ancestralidade negra, a ampliação das cotas raciais e a transformação das universidades em espaços mais inclusivos e diversos", afirma.

O ANDES-SN tem uma longa trajetória no combate ao racismo. Em 2018, durante o 63º Conad, instituiu o Dia de Luta contra o Racismo nas Universidades, Institutos Federais e Cefets, celebrado em 22 de novembro. A data rememora o início da Revolta da Chibata, liderada por João Cândido no Rio de Janeiro, em 1910. Em 2019, o Sindicato Nacional lançou a Cartilha de Combate ao Racismo, que integra suas estratégias de enfrentamento às opressões.

O 22 de novembro é uma data para enfatizar a importância do combate ao racismo nas instituições de ensino e, principalmente, para falar da necessidade das políticas de reparação. Nesse contexto, o ANDES-SN defende a aprovação do Projeto de Lei (PL) 1958/2021, que propõe aumentar a reserva de vagas de 20% para 30% para pessoas negras, pardas, indígenas e

quilombolas em concursos públicos federais e processos seletivos simplificados.

"O dia 22 de novembro é uma política sindical pensada para colocar o ANDES-SN ao lado dos movimentos sociais, dos movimentos negros e do feminismo negro. É uma agenda para movimentar nossas seções sindicais para a construção de atividades e agendas que combatam e rompam com o racismo institucional", avalia Caroline Lima, 1ª secretária e da coordenação do GTPCEGDS do Sindicato Nacional.

Segundo a organização sem fins lucrativos especializada em transparência pública, Fiquem Sabendo, com base nos dados do último Censo da Educação Superior, a presença de docentes negras e negros permanece baixa nas instituições: apenas 21% se declaram pretos ou pardos.

Outro ponto prioritário defendido pelo ANDES-SN é a aplicação plena da Lei 10.639/03, que prevê o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. Essa medida busca consolidar as universidades, institutos federais e cefets como espaços antirracistas e inclusivos para a população negra.

Apesar de conquistas, como a renovação da Lei de Cotas, que ampliou o acesso da população negra ao ensino superior, os desafios persistem. Entre eles, a permanência da população negra nas universidades, o cumprimento da Lei de Cotas em concursos públicos, o acesso à pós-graduação e a implementação de currículos antirracistas.

Neste ano, o Sindicato Nacional lançou a campanha "Sou Docente Antirracista", em Belo Horizonte (MG), cidade que também sediou o 67º Conad da entidade, para sensibilizar as comunidades acadêmicas sobre a urgência do combate ao racismo nas instituições de ensino.

Por fim, Letícia Nascimento destaca a necessidade do povo negro ocupar as instituições de ensino. "Somos os sonhos das nossas e dos nossos ancestrais e devemos manter viva essa resistência", reafirma.

Mundo do Trabalho

Embora abolida em 1888, a escravidão deixou marcas do racismo estrutural no Brasil, refletidas na desigualdade de acesso a direitos básicos, como educação, saúde e empregos com salários justos. A desigualdade racial de rendimentos persiste entre pessoas negras e não negras, segundo o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese):

- O rendimento médio de pessoas negras é 40% inferior ao de pessoas não negras;
- Pessoas negras com ensino superior ganham, em média, 32% a menos do que trabalhadoras e trabalhadores não negros com o mesmo nível de escolaridade;
- Ao longo da vida laboral, pessoas negras recebem, em média, R\$ 899 mil a menos do que pessoas não negras. Entre as pessoas com ensino superior, essa diferença chega a R\$ 1,1 milhão;
- Nas 10 profissões mais bem pagas, negras e negros representam apenas 27% de trabalhadoras e trabalhadores, enquanto nas 10 ocupações com os menores rendimentos, são 70%;
- Uma em cada seis mulheres negras trabalha como empregada doméstica. O rendimento médio das trabalhadoras domésticas sem carteira assinada é R\$ 461 inferior ao salário mínimo.

Acesse a cartilha:



Assista ao vídeo da campanha:



**SOU DOCENTE
ANTIRRACISTA**